



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO**

Processo nº 00930.000045/2019-00

Interessado: Banco BMG S/A, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, IRENE FURTADO

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
  - 3.1. Folhas: 11
  - 3.2. Volumes: 1
  - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
  - 4.1. Volume de Processo: 1
  - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
  - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1843103** e o código CRC **561B589E**.

---

Referência: Processo nº 00930.000045/2019-00

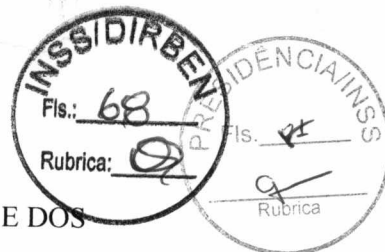
SEI nº 1843103

NUP: 00930.000045/2019-00



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS



**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO  
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES  
SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204  
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

INSS/PRESIDÊNCIA  
COMANDO N.º  
479.909.571

Ofício n.º. 093/2019

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)  
**Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul  
Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES N° 28/2008**

Número do processo: **0706781-50.2018.8.07.0016**  
Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**  
RECORRENTE: BANCO BMG SA  
RECORRIDO: IRENE FURTADO LUSTROSA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) em epígrafe, em que são partes: **RECORRENTE: BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74 e RECORRIDO: IRENE FURTADO LUSTROSA - CPF: 799.163.503-10.**

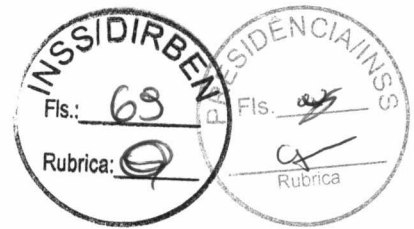
Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N° 28/2008.

Atenciosamente,

**PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES**  
Diretora de Secretaria  
2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



**EM BRANCO**



12/02/2019

Número: **0706781-50.2018.8.07.0016**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **22/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 15.200,00**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0706781-50.2018.8.07.0016**

Assuntos: **Capitalização e Previdência Privada**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
BANCO BMG SA (RECORRENTE)	
	BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO)
IRENE FURTADO LUSTROSA (RECORRIDO)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6696728	18/12/2018 15:49	Acórdão	Acórdão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS

**Órgão**

Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO  
FEDERAL

**Processo N.**

RECURSO INOMINADO 0706781-50.2018.8.07.0016

**RECORRENTE(S)**

BANCO BMG SA

**RECORRIDO(S)**

IRENE FURTADO LUSTROSA

**Relator**

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

**Acórdão N°**

1141836

**EMENTA**

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CLAREZA NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO PRETENDIDO E O CELEBRADO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. NULIDADE PARCIAL. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR RECEBIDO E EFETIVAMENTE PAGO PELA CONSUMIDORA. RESTITUIÇÕES NA FORMA SIMPLES. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.**

1. Inicialmente, resalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. É incontroversa a existência de relação jurídica entre as partes (autora e réu deram manifestações neste sentido), restando a apreciação da validade do vínculo e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário da autora.
3. O réu juntou aos autos um contrato celebrado em 2009 e com previsão de término em 07/12/2013 (ID 5172374, p. 1), razão pela qual não é documento apto a comprovar os termos do contrato objeto da presente demanda, que teve os descontos incluídos no benefício da autora em 04/08/2015 (ID 5172357, p. 2).
4. Também não restou comprovada a existência de eventual novação, que somente seria válida mediante a comprovação da anuência da consumidora com a mesma e junção das suas cláusulas neste feito.



Número do documento: 18121815494364300000006553880

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18121815494364300000006553880>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 18/12/2018 15:49:43

Num. 6696728 - Pág. 1

5. Em razão da omissão do réu, não há como saber o tipo de contrato celerado, o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo.

6. Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.

7. Portanto, tenho que, *in casu*, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e ao art. 46, ambos do CDC.

8. Consigne-se, todavia, que restou comprovada nos autos a utilização do cartão pela autora (ID 5172375), de modo que deve ser mantido o contrato quanto a este ponto. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato apenas na parte relativa ao empréstimo, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

9. No que tange ao pleito de restituição dobrada de valores despendidos pela consumidora, tenho que o mesmo não merece acolhida. Com efeito, os valores descontados serviram de pagamento ao empréstimo por ela efetivamente utilizado, afastando a incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do Código Civil.

10. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, afigura-se plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade parcial do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco, na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.

11. Ao revés, o valor pago a maior pela consumidora, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

12. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

13. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade parcial do contrato celebrado entre as partes, e objeto desta demanda, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) determinar devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial do contrato e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples; c) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pela consumidora; d) afastar a condenação do réu de indenizar a autora em danos morais. Mantidos os demais termos.

14. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

13. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.



15. Custas recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios, à míngua de recorrente vencido na integralidade.

## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. MAIORIA., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 05 de Dezembro de 2018

**Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS**  
Relator

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso nominado interposto pelo réu contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou procedentes em parte os pedidos iniciais para: a) declarar a nulidade do contrato de cartão de crédito consignado celebrado entre as partes; b) determinar a suspensão dos descontos no benefício previdenciário da autora; c) determinar a restituição dos valores descontados na forma dobrada; d) condenar o réu a indenizar a autora em R\$ 3.000,00, a título de danos morais.

Alega o réu a validade do negócio jurídico entre as partes e a legitimidade da formação do saldo devedor, inexistindo qualquer ato ilícito de sua parte. Afirma o não cabimento de repetição do valor tido como indevido na forma dobrada. Assevera, ainda, a inexistência de dano moral e pleiteia, subsidiariamente, a redução do *quantum* indenizatório fixado.

Contrarrazões apresentadas (ID 5172410).

É o relatório.

## VOTOS

## VOTOS

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**



Número do documento: 18121815494364300000006553880

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18121815494364300000006553880>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 18/12/2018 15:49:43

Num. 6696728 - Pág. 3



Julgar parcialmente procedente



**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Há um destaque, assim como no nº 2, 13 e 16 da pauta, em que V. Ex.<sup>a</sup> fala que, diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pôde ser líquida, o que demandará atuação do juiz de origem.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

É “não pode ser líquida”. Há um pequeno erro que precisa ser corrigido.

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA – Vogal**

E a questão da liquidez? Tanto na sentença como no acórdão deve haver liquidez.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Já discutimos isso antes, mas foi bom V. Ex.<sup>a</sup> trazer essa questão.

O art. 38 da Lei 9.099/95, que prevê a liquidez, diz que não serão proferidas sentenças ilíquidas, não fala em acórdão.



**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA – Vogal**

São condenações.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Isso não quer dizer que não temos obrigação de dar decisões líquidas, mas também não quer dizer que, em casos excepcionais como esse, não se possa.

Outro exemplo de iliquidez é quando o sujeito quer que devolva o valor da prestação do consórcio no final do grupo. Como vamos calcular quanto será a prestação no final do grupo para fazer a devolução no valor que ele pretende?

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Neste caso, é possível porque V. Ex.<sup>a</sup> já deu a diretriz dizendo no item a: “declarar a nulidade parcial do contrato”. Então, declarou a nulidade, determinou a devolução, pela consumidora, da diferença que houver entre os valores efetivamente cobrados. Do valor do contrato e do valor que ela pagou, a diferença, a favor ou contra, será devolvida. A Secretaria poderia olhar isso.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

O problema é que não tenho esses valores. É questão de fato.

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA – Vogal**

Se, no caso, anular a sentença, esse comando, como V. Ex.<sup>a</sup> sugeriu, não vale. Nulidade da sentença não há. É um caso excepcional como o Juiz João Fischer está dizendo.



Se julgarmos pela nulidade da sentença para poder fazer a liquidação, como ele irá liquidar, se não há nem julgamento lá e foi julgado improcedente?

No caso concreto, não haveria como liquidar.



**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Para os processos de n.ºs 1, 2, 13 e 16 — já até compartilhei com V. Ex.<sup>as</sup> — apresento a divergência nos seguintes termos: dispõe o parágrafo único do art. 38 da Lei 9.099/95 que não se admite sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido. A vedação de sentença ilíquida deve ser entendida como vedação de liquidez da decisão final do mérito seja por sentença ou por acórdão. Assim, se falta algum elemento para que a decisão colegiada seja líquida, a sentença deve ser anulada para que se retorne à instrução, com a juntada dos elementos probatórios faltantes a fim de possibilitar ao 2.º Grau julgar.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Só queria colocar o seguinte: sempre fui o maior defensor da liquidez dos julgados.

Se, por acaso, déssemos uma liminar, de ofício, determinando a cessação do desconto desses valores e anulássemos a sentença com essa liminar para que o juiz instrísse normalmente, não haveria prejuízo para o jurisdicionado.

O problema maior de anularmos é que o aposentado vai continuar pagando o valor de um contrato que é nulo. Depois, ele irá demorar até voltar novamente aqui.

A princípio, estou favorável à anulação da sentença, mas, se anularmos, o prejuízo será ínsito.

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Então fica: registro da divergência e, por maioria, recurso conhecido e provido em parte para todos eles. É isso?



**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA – Vogal**

Sim.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Juiz Almir Andrade de Freitas, a melhor decisão seria a unânime. V. Ex.<sup>a</sup> não considera isso um prejuízo para o aposentado?

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Por que nossos julgados têm de ser por unanimidade? Entendo que não até mesmo porque há divergência da Turma em relação a alguns pontos desse tipo de contratação (Cartão de crédito com reserva de margem consignável - RMC). Por isso que quase sempre estamos debatendo RMC na sessão.

É importante mostrar que discutimos a matéria e temos divergência interna. O que ocorre muitas vezes é a tendência de acomodar e aceitar a opinião dos outros. Isso leva a entender que a decisão é unânime e, muitas vezes, há um acomodamento sem ser. Há um acomodamento das disposições majoritárias.

Isso tem relevância porque, quando se instaura o incidente de uniformização de jurisprudência, pega-se como referência o acórdão da 2.<sup>a</sup> Turma Recursal, mas sem observar que há sempre uma luta, um debate interno a respeito daquela questão na Turma.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Qual é o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup> quanto à questão do prejuízo do jurisdicionado, no caso, o hipossuficiente, o aposentado? É insuficiente esse prejuízo?





**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Entendo que a assessoria de V. Ex.<sup>a</sup> poderia fazer esse cálculo porque tem os documentos. Se não os tiver, é improcedência.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Aí o prejuízo seria maior. Não seria nulidade, seria improcedência.

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Se for improcedência pela hipossuficiência da parte porque não tem os documentos que estão em poder do banco, há inversão do ônus da prova. Dá para ser procedência pelo fato de o banco não ter produzido a prova.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Vamos dizer que seja, então, pela inversão do ônus da prova: como vamos fixar a liquidez nesse caso?

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

O que o autor reclamou é procedência porque ele reclamou e o outro não apresentou prova contrária. Então, dá-se total procedência à reclamação da autora com base na simples alegação de que ele não provou. Pela hipossuficiência, deveria ter provado, e não provou.



Dá total procedência e, conforme ele requer, concede. Se ele requereu R\$42.000,00 (quarenta e dois mil reais), dá os R\$42.000,00.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

É uma ideia. Vamos evoluir para fazer a inversão total e sair da liquidez.

Por enquanto, fica por maioria. Agora, sim, gostei da fundamentação porque não se fica no prejuízo da parte.

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA – Vogal**

O processo que acho mais complicado é o do RMC porque não há determinação do juiz para que o banco venha apresentando para poder fazer a inversão. Vai fazer a inversão de que jeito? Não determinei que trouxesse uma planilha com o que tinha de ser pago, o que foi pago e o que deveria ser pago.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Poderíamos fazer isso: baixar diligência determinando ao banco que trouxesse. Há uma autorização para o Relator fazer isso.

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Vamos fazer para os próximos porque considerar que a sentença é ilíquida porquanto não há documentos. Baixa como Relator.



**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**



Aí, sim. Quando não viesse o documento, se o banco não os apresentasse, fariamos a inversão total.

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA – Vogal**

E colocar na decisão.

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Inversão total porque deu oportunidade, e o banco não juntou os documentos.

Agora tenho muita dificuldade. Acho que existe o momento propício de produzir prova. Se ele não produziu na inicial, agora o faz e se fala: “Juntou o contrato, e ele tem razão.”

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA – Vogal**

Esse processo foi feito assim: criou-se uma matriz e foram todos do mesmo jeito, mesmos argumentos.

**O Senhor Juiz JOÃO FISCHER – Relator**

Tenho uma visão muito cautelosa sobre a inversão do ônus da prova em muitos casos porque acho que é uma benesse que se dá ao consumidor e, muitas vezes, ele não faz jus a isso. A inversão do ônus da prova tem de ser vista com muito cuidado.

Agora, este é o caso que, se não inverter o ônus da prova, faz-se injustiça com o consumidor.



**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

E é declarado, na própria lei, hipossuficiente, desde que tenha até três salários.

**DECISÃO**

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. MAIORIA.







12/02/2019

Número: **0706781-50.2018.8.07.0016**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **22/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 15.200,00**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0706781-50.2018.8.07.0016**

Assuntos: **Capitalização e Previdência Privada**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
BANCO BMG SA (RECORRENTE)	
	BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO)
IRENE FURTADO LUSTROSA (RECORRIDO)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7230555	12/02/2019 13:12	<u>Certidão</u>	Certidão



**TJDFT** Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS

**FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES**  
**Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal**

**Número do processo: 0706781-50.2018.8.07.0016**  
**Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)**  
**Assunto: [Capitalização e Previdência Privada]**  
**RECORRENTE: BANCO BMG SA**  
**RECORRIDO: IRENE FURTADO LUSTROSA**

### **CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO**

Certifico que, à 00:00:00 de **12 de fevereiro de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2019.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 15 / 2 /2019

**Ref.:** Ofício nº 093, de 12 de fevereiro de 2019  
(SIPPS nº 479.909.571)

**Int.:** Segunda Turma Recursal dos Juizados  
Especiais do Distrito Federal

**Ass.:** Processo nº 0706781-50.2018.8.07.0016 -  
Banco BMG SA e Irene Furtado Lustrosa

1. Trata-se de Acórdão prolatado nos autos em referência.
2. Encaminhe-se ao Procurador Regional em Brasília, para providências cabíveis.

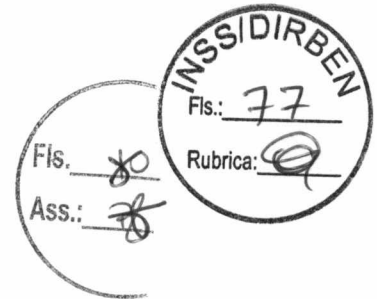
**ANTONIO DE JESUS DA ROCHA FREITAS JUNIOR**  
Chefe de Gabinete da Presidência

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA PFE/INSS EM BRASÍLIA/DF  
GABINETE

SAUS, QUADRA 4, BLOCO K, 5º ANDAR, CEP 70.070-924



**COTA n. 00082/2019/GAB/PRFE/INSS/BSB/PGF/AGU**

**NUP: 00930.000045/2019-00**

**INTERESSADOS: IRENE FURTADO LUSTROSA E OUTROS**

**ASSUNTOS: CAPITALIZAÇÃO E PREVIDÊNCIA PRIVADA**

1. Trata-se de ofício expedido nos autos de processo judicial movido contra instituição financeira conveniada pelo INSS para o pagamento de benefícios, em que o judiciário considera ter havido possível irregularidade na prestação do serviço por parte do banco.
2. A O INSS foi instado a avaliar a possível aplicação do disposto no art. 52 da Instrução Normativa INSS n. 28, de 16/05/2008:

**CAPÍTULO XII - DAS PENALIDADES**

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela DIRBEN, nos casos de:

- a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou
- b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS;

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

- a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou
- b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um

ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea b do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

3. Tendo em vista o disposto no art. 167, IV, do Regimento Interno no INSS, encaminha-se a demanda à DIRBEN (OL 01.500) para análise e eventual encaminhamento à Divisão de Consignação em Benefícios.

Brasília, 22 de fevereiro de 2019.



FELIPE CAVALCANTE E SILVA

Procurador Regional

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00930000045201900 e da chave de acesso facad802



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA PFE/INSS EM BRASÍLIA/DF  
PROTOCOLO

SAUS, QUADRA 4, BLOCO K, 5º ANDAR, CEP 70.070-924



**CERTIDÃO n. 00070/2019/PROT/PRFE/INSS/BSB/PGF/AGU**

NUP: 00930.000045/2019-00

INTERESSADOS: IRENE FURTADO LUSTROSA E OUTROS

ASSUNTOS: CAPITALIZAÇÃO E PREVIDÊNCIA PRIVADA

Certifico que, nesta data, remeti o processo para a DIRBEN (01.500) por meio do SIPPS 479.909.571.

Brasília, 25 de fevereiro de 2019.

BRENDA FERREIRA DE ARAÚJO TORRES  
Terceirizada

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00930000045201900 e da chave de acesso facad802

**EM BRANCO**





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 00930.000045/2019-00.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 04/11/2021, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **5439806** e o código CRC **4361C86D**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 00930.000045/2019-00

SEI nº 5439806